GIOVANNA RIBAS ZANDONÁ

A responsabilidade *solidária* e a judicialização da saúde

Adequação do precedente
para uma tutela mais efetiva

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2027

Sumário

Lista de Siglas..... XIII

Prefácio XV

Apresentação.....XIX

1 Introdução.....1

2 A responsabilidade solidária entre os Entes Federativos nas demandas prestacionais de saúde..... 13

2.1 Histórico de estabelecimento e tratativa do precedente pelo Superior Tribunal de Justiça 13

2.1.1 Tema nº 106/STJ..... 14

2.1.2 Tema nº 686/STJ 16

2.1.3 Incidente de Assunção de Competência nº 14/STJ..... 19

2.2 Histórico de estabelecimento e tratativa do precedente pelo Supremo Tribunal Federal..... 28

2.2.1 Tema nº 6/STF 28

2.2.2 Suspensão da Tutela Antecipada nº 175..... 35

2.2.3 Tema nº 500/STF..... 38

2.2.4 Tema nº 793/STF 41

2.2.5 Tema nº 1.234/STF..... 46

2.3 O entendimento das Cortes Superiores em matéria de responsabilidade solidária no âmbito da saúde pública 54

3 Efeitos do estabelecimento da tese da responsabilidade solidária 59

3.1 Judicialização da saúde em números 59

3.1.1 Estatísticas processuais da judicialização da saúde..... 60

3.1.2 Estatísticas orçamentárias para o atendimento de ordens judiciais 62
3.1.3 Estatísticas geográficas da judicialização da saúde 65
3.2 Consequencialismo econômico e conflito de agência 67
3.3 Problemas decorrentes do estabelecimento da tese da solidariedade 72

4 A possibilidade de adequação da tese da responsabilidade solidária 79

4.1 A solidariedade entre os entes é um empecilho à tutela jurisdicional da saúde? 79
4.2 A solidariedade entre os entes é um empecilho à implementação de políticas públicas pelo gestor público? 83
4.3 A possibilidade de definição prévia da responsabilidade dos entes em demandas prestacionais de fármacos não padronizados 89
4.3.1 A promoção de espaços de centralização e acesso à informação 92
4.3.2 A prévia definição de competência, custeio e ressarcimento interfederativo 93

5 Considerações Finais 101

6 Referências Bibliográficas 111